

Novos do PMDB querem Constituinte exclusiva

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, comunicou ontem, pela manhã, ao presidente José Sarney a tendência predominante entre os novos deputados do PMDB no sentido de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, sem o funcionamento da Câmara e do Senado. Ele lembrou que isso foi tentado no ano passado, quando da tramitação da emenda à Constituição de convocação da Constituinte, mas foi uma posição derrotada pela maioria do Congresso Nacional.

Pimenta da Veiga esteve com o presidente Sarney para colocá-lo a par das providências que estão sendo tomadas para as instalações da Constituinte, no próximo domingo, e da nova legislação, com o juramento e compromisso de Posse dos eleitos em novembro do ano passado. Também conversaram sobre as disputas à presidência e às lideranças na Câmara dos Deputados.

Sem chegar a falar com o presidente José Sarney sobre alguns aspectos internos da Constituinte, o líder Pimenta da Veiga disse que está sendo estudada uma alteração no texto do juramento que os deputados e senadores farão na manhã de domingo horas antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, para tomarem posse. Pelo tipo de juramento previsto, os parlamentares teriam que jurar manter a atual constituição, mas como ela vai ser alterada e substituída, o juramento tem que prever a fidelidade também ao novo texto, que deverá ser promulgado — como

quer o PMDB — a 7 de setembro próximo.

PDS
 A criação de uma grande comissão constitucional, proposta pelo presidente em exercício, senador Jarbas Passarinho e rechaçada pelo líder Amaral Netto e pelos deputados Bonifácio de Andrada (MG) e César Cals Neto (CE), e provavelmente por Delfim Neto (SP) deverá ser o tema mais polêmico da reunião de hoje, às 10 horas, da executiva nacional do PDS.

Na oportunidade, será examinada ainda a participação do partido na mesa do Senado, onde lhe caberá a quarta secretaria, a ser ocupada provavelmente por João Castelo, e da Câmara, onde terá a quarta secretaria, pleiteada por Cunha Bueno (SP). É possível que os quatro senadores presentes aproveitem a reunião para aclamar Passarinho como líder na Câmara Alta.

Será examinada ainda a oportunidade de convocação de convenção nacional para escolha do novo presidente do partido, em substituição a Amaral Peixoto, que encerrou sua vida pública.

Na terça-feira ficaram claras as divergências entre Amaral Netto, Bonifácio de Andrada e César Neto e o presidente em exercício. Eles são contrários à criação da grande comissão, achando que todos os deputados se acham no direito de participar, efetivamente, da feitura da Carta Magna e são favoráveis ao uso de decretos-leis pelo presidente José Sarney durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

Nélio Rodrigues



Líder do PMDB esteve no Planalto

Para presidente, Assembleia terá votação secreta

A eleição do presidente da Assembleia Nacional Constituinte será por maioria absoluta e voto secreto, segundo determina o regimento interno da Câmara dos Deputados, uma vez que a Constituinte ainda não tem seu próprio regimento. A informação é do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Moreira Alves — que presidirá a sessão de instalação da Assembleia, no próximo domingo, e a da eleição de seu presidente, na segunda-feira —, para quem o regimento da Câmara "é o que mais se ajusta a uma votação dessa natureza".

Ele disse que não aceitará questões de ordem que não sejam relacionadas diretamente à eleição do presidente da Assembleia. Dessa forma, pretende passar à frente a interpelação prometida pelo PT de questionar se os senadores remanescentes de 1982 podem o não votar para a presidência da Constituinte. O PT alega que eles não foram eleitos para constituintes e, portanto, não têm direito a voto.

O presidente do STF revelou que se prevalecerá dos regimentos da Câmara e do Senado para dirimir as questões de ordem que eventualmente sejam levantadas pelos parlamentares, e acrescentou que suas decisões são irrecorríveis, já que o regimento determina que só cabem recursos às questões de ordem que digam respeito à Constituinte. Moreira disse esperar que se faça "a melhor Constituinte possível para o País nesse momento", ressaltando porém que ela poderá não ser a dos "seus sonhos".

Ele não é favorável a que o novo texto constitucional seja longo, "para evitar que perca a força e a necessária estabilidade". Isso porque permitiria que fosse alterada a todo instante para atender problemas momentâneos". Moreira Alves, porém, não acha que ele deva ser curto, pois daria "margem para interpretações evolutivas". Para ele, deve ser encontrado um meio termo entre os dois extremos, de forma a que se tenha o texto constitucional mais adequado.

O presidente da Suprema Corte estabeleceu um paralelo entre a Constituição de 46 e a que será instalada neste domingo. Ele disse que ambas têm em comum o fato de serem livres. Tanto naquela como nessa os constituintes foram eleitos, embora na de 46 tenha havido uma revolução e a deposição do Chefe de Estado.

Para três, só a posse é certeza

Pelo menos três constituintes tomam posse neste domingo sem a menor certeza quanto à duração de seu mandato. O senador eleito Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM) e os novos deputados Maurício Nasser e Basílio Villar (PMDB-PR) podem ter seus mandatos cassados pelo TSE antes mesmo de votarem a futura Constituição. De Carli responde a um recurso do deputado Mário Frota (PSB-AM), que o acusa de "falta de moralidade" para o exercício do cargo. Os dois paraenses não foram diplomados pelo TRE de seu estado e têm sua posse questionada por abuso do poder econômico.

No dia seguinte à posse dos constituintes, o TSE vai despachar para o procurador-geral-eleitoral, Sepúlveda Pertence, os autos do recurso contra de Carli.

Pertence não tem prazo para se pronunciar.

Partido deseja restringir Senado

O Senado somente poderá funcionar, durante os trabalhos da Constituinte, em caráter extraordinário, e quando houver necessidade. Esta foi a principal decisão tomada ontem na reunião da bancada de senadores do PMDB a ser proposta aos demais partidos. Na prática, a proposta elimina a necessidade de criação de uma Comissão Legislativa para substituir as funções do Senado e da Câmara, no período constituinte, como defende o presidente desta última Casa e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Segundo a intenção dos senadores peemedebistas, o Senado seria convocado apenas pelo seu presidente ou pelos líderes dos partidos majoritários com o próprio PMDB ou PFL. Nestes casos, os senadores se reuniram para examinar assuntos específicos como a votação de empréstimos externos para os estados e a aprovação de credenciamento de embaixadores no exterior.

Presidência

Durante a reunião da bancada, o PMDB decidiu também pleitear o preenchimento de quatro dos sete cargos titulares da Mesa do Senado: a presidência, primeira-vice, a secretaria geral e a terceira-vice. De acordo com o critério de proporcionalidade, o PFL, que tem 16 senadores, enquanto o PMDB conta com 46, ficaria com dois cargos, a segunda vice-presidência e a segunda-vice secretaria geral. Aos pequenos partidos seria oferecida a quarta vice-secretaria. Aos peemedebistas ainda caberia três suplências, restando ao PFL apenas uma.

Amanhã, a bancada volta a se reunir para votar entre os senadores Nelson Carneiro (RJ) e Humberto Lucena (PB) para ocupar a presidência do Senado. A secretaria geral é disputada por Jutahy Magalhães (BA) e Iram Saraiva (GO). A liderança do partido será definida entre Fernando Henrique Cardoso (SP) e Fábio Lucena (AM).

Regimento, um tema confuso

Marcondes Sampaio

A discussão em torno da elaboração do Regimento Interno da Constituinte está ficando tão complexa que o PFL deverá propor a designação de uma comissão incumbida de estabelecer "atos normativos" provisórios para o funcionamento da Assembleia, até a aprovação do regimento definitivo. O PFL também defenderá a regulamentação do processo de eleição do presidente da Constituinte em outro "ato normativo" específico.

Ao falar, ontem, das idéias do seu partido para o funcionamento da Constituinte, o líder peefelista Carlos Chiarelli justificou que a Assembleia não poderá ficar no vácuo, paralisando suas atividades até que o Regimento Interno esteja concluído. Em todos os partidos há parlamentares preocupados com a possibilidade de o debate em torno do Regimento prolongar-se por muito tempo, retardando o efetivo início da elaboração da nova Carta.

O líder do PMDB e do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, voltou ontem a enfatizar a necessidade de que o Regimento fique pronto com urgência, defendendo um prazo de 10 dias para a conclusão dos trabalhos da comissão interpartidária que vai preparar esse documento.

Duas questões são mais polêmicas em relação ao Regimento: como ele deve disciplinar as atividades da Constituinte — se deve existir ou não uma grande comissão,

por exemplo — e se será permitido, ou não, o funcionamento paralelo da Câmara e do Senado.

Hoje, parlamentares de vários partidos que são contrários à "grande comissão" terão um encontro, às 16 horas, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, para estudar uma ação comum capaz de inviabilizar a idéia, que tem como um dos principais defensores o futuro presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

A reunião foi convocada ontem por cinco deputados através de um texto encimado pela advertência: "Querem cassar o seu mandato". Assinam a convocação parlamentares de diferentes tendências ideológicas: o futuro líder do PDT a Câmara, Brandão Monteiro; a deputada peemedebista Cristina Tavares; o petista Vladimir Palmeira; Siqueira Campos, do PDC e Adolfo Oliveira, do PL.

O maior temor dos parlamentares que reagem à grande comissão é o de que os constituintes que não vierem a pertencer a esse grupo — que o PMDB inicialmente sugeriu ser de 83 membros — fiquem aliados dos debates e, em consequência, do noticiário sobre os trabalhos da Assembleia, com reflexos negativos junto ao eleitorado. Outra preocupação — principalmente dos parlamentares oposicionistas — é a de que a grande comissão venha a se constituírem mais um instrumento de manipulação das forças conservadoras e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Não há vagas para os convidados

Desde a reunião do colégio eleitoral que, em 1985, escolheu Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice da República, o Congresso Nacional não presenciava tanto movimento. Em função disso, Brasília, uma cidade despreparada para grandes eventos, está recebendo mal não só os parlamentares que chegam para tomar posse como também qualquer de seus parentes e convidados que queiram assistir à instalação da Constituinte.

Chegar a Brasília até domingo é uma tarefa espinhosa. Sair da cidade depois disso será mais difícil ainda. Os vãos da ponte-aérea Rio-Brasília estão lotados desde o início da semana e muitos deputados fluminenses estão apelando a direção da Câmara para tentar conseguir uma vaga. Os vãos regulares também estão lotados, sobretudo os que vêm do Nordeste.

O grande número de pessoas que chega a Brasília esgotou a capacidade dos hotéis. Os

três principais da cidade não aceitam mais reservas. O Hotel Nacional, onde tradicionalmente hospedam-se os governadores e altas autoridades, está lotado até o dia 4 de fevereiro. O St. Paul, com seus 281 leitos, só terá vaga a partir da segunda-feira. O mesmo acontece no Garvey Hotel.

Quem conseguir chegar a Brasília, depois desse esforço, vai ter que lutar ainda por um convite para assistir à sessão de instalação da Constituinte. Nesse caso esta a cantora Fafá de Belém, a «musa das diretas», que não está conseguindo convites para domingo. Ela teve que pedir ao deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) que lhe conseguisse um meio de acesso ao Congresso, mas sua tentativa não foi bem-sucedida. Heráclito é um dos deputados mais próximos do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, mas a dificuldade para conseguir convites é tamanha que nem o próprio presidente da Casa poderá alojar os seus familiares.